



**PLANO DE
GOVERNO**

2021-2024

Coligação: **Juntos Por Floripa**

Prefeito: **Pedraõ**

Vice-prefeito: **Eduardo Usuy**

1. Juntos Por Floripa	3
2. Nossos Princípios	4
Coprodução de bens e serviços públicos - Uma Floripa construída em conjunto	4
Regionalização - Uma Floripa plural	4
Gestão Democrática e Transparente - Uma Floripa <i>accountable</i>	4
Inovação no Serviço Público - Uma Floripa do futuro	4
2.5 Sustentabilidade das Contas Públicas - Uma Floripa responsável	5
3. Eixos Temáticos	6
Desenvolvimento Social	9
Assistência Social e Cidadania	12
Educação	15
Habitação	18
Esporte e Lazer	20
Cultura	22
Bem-estar animal	25
Desenvolvimento Urbano Sustentável	27
Saneamento Básico	27
Planejamento Urbano	30
Infraestrutura	32
Mobilidade	34
Meio Ambiente	36
Segurança Pública	38
Desenvolvimento Econômico	40
Turismo	40
Tecnologia e Inovação	42
Pesca, Maricultura e Agricultura	44
Empreendedorismo	46
Gestão Pública	48
Administração	48
Finanças Públicas	50
Transparência e Participação	53
4. Especial Covid-19	56

1. Juntos Por Floripa

Acreditamos que o sucesso da nossa gestão pressupõe uma nova abordagem da administração fundamentada nos conceitos do Novo Serviço Público, descrito pelos professores Janet e Robert Denhardt como um movimento fundado no interesse público, nos ideais da governança democrática e em um revitalizado engajamento cívico.

“Este documento representa um grande sonho. Sonho este que se tornou uma meta e foi traduzida neste plano, construído pelas mãos da coletividade. Para que todos estes sonhos tomem forma e gerem resultados: trabalho, disposição e dedicação não faltarão. Acredito que Floripa tem sim solução, mas necessita de uma gestão que resolva os velhos problemas e utilize de forma inteligente todo nosso potencial. Vamos juntos construir uma cidade modelo, equilibrada e preparada para o futuro?”
Pedrão

Este Plano de Governo é resultado de contribuições de centenas de pessoas que puderam auxiliar em diferentes momentos durante anos de participação em diversas instâncias. É uma proposta coletiva elaborada a partir de debates, audiências e rodas de conversas entre cidadãos, professores, especialistas, técnicos e agentes políticos, em que se pretende apresentar as propostas prioritárias da Coligação Juntos Por Floripa.

Justamente por se tratar de um estudo colaborativo, as propostas descritas são dinâmicas e estão abertas para discussão e diálogo permanente com os cidadãos florianopolitanos e suas várias instituições de representação, seja durante o período eleitoral, seja no mandato de governo.

Importante destacar aqui que este processo de construção coletiva envolve ainda, após a eleição, a elaboração e divulgação do Plano de Metas de gestão, até 180 dias após a posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas e qualitativas para cada um dos setores da administração pública municipal, incluindo os distritos da cidade.

Realizamos um diagnóstico prévio de cada uma das áreas para apontar soluções que levem em consideração as fraquezas, potencialidades e especificidade de cada área tendo em mente o nosso modelo de conexão entre os eixos, permitindo pensar uma maior integração nas ações de desenvolvimento da cidade.

2. Nossos Princípios

Coprodução de bens e serviços públicos - Uma Floripa construída em conjunto

Propomos um novo modelo de governança para a produção de serviços públicos baseado em estratégias de engajamento e participação cidadã. Acreditamos que estabelecer parcerias com a sociedade civil e empresas é uma forma de obter maior legitimidade, qualidade dos serviços e um uso mais eficaz de dinheiro público, seja com a transferência de recursos, compartilhamento do *know-how* ou cessão de espaços.

Regionalização - Uma Floripa plural

Por mais que Floripa seja uma só em nossos corações, a realidade tão diversa que temos dentro de nosso município aponta para a necessidade de um plano que seja estruturado a partir da pluralidade de Florianópolis. Assim, nossa gestão pública será planejada e executada de acordo com os 12 distritos do município de Florianópolis, com a participação representativa e voluntária das Associações de Bairro, Conselhos Comunitários, Conselhos de Desenvolvimento Regional e demais organizações. Serão consideradas as especificidades de cada região, pois estamos cientes da diversidade econômica e cultural das comunidades florianopolitanas.

Gestão Democrática e Transparente - Uma Floripa *accountable*

Queremos reconectar o cidadão com a política em seu sentido mais primordial: a construção de um futuro comum para a cidade onde vivemos. Assim, a participação cidadã nas diferentes decisões de governo e a responsividade da gestão para os munícipes guiarão os processos de tomada de decisão em nossa Gestão. *Accountability*, uma tendência de gestão moderna nas

maiores cidades do mundo, com foco no interesse público e transparência dos atos, é o que buscaremos em nossa administração.

Inovação no Serviço Público - Uma Floripa do futuro

Para responder às novas demandas que os cidadãos, empresas e a sociedade civil trazem constantemente ao poder público municipal, bem como repensar práticas já estabelecidas, posicionaremos a inovação enquanto bandeira norteadora do serviço público municipal. Precisamos solucionar problemas reais com o apoio das tecnologias de informação, da visão empreendedora de nossos servidores e das experiências inovadoras que nascem nas Universidades e organizações dentro do nosso território. Buscaremos simplificar procedimentos e formalidades, prestar contas ao cidadão e fortalecer e criar instrumentos para sua participação efetiva nas decisões públicas municipais.

2.5 Sustentabilidade das Contas Públicas - Uma Floripa responsável

Não é a toa que a preocupação com a sustentabilidade das contas públicas é pauta recorrente de debates. Especificamente após a crise econômica de 2015, o município de Florianópolis encerra seus exercícios fiscais com déficits de toda ordem, diminuindo a capacidade do governo de realizar maiores investimentos de forma salutar. Nosso compromisso é executar a gestão fiscal com ações planejadas e transparentes com total atenção e cumprimento das normas de finanças públicas.

3. Eixos Temáticos

A divisão em eixos representa a visão de desenvolvimento sustentável adotada pela gestão que pensamos para Florianópolis. Assim, desdobramos nossas propostas por meio da lógica da sustentabilidade definida na Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que tem guiado as gestões públicas em diferentes cidades ao redor do mundo, especificamente em três grandes grupos: Desenvolvimento Social, Urbano e Econômico. Somados a estes objetivos fins, estabelecemos como quarto eixo de nossa proposta a atividade meio pela qual será possível colocar estes objetivos em prática: a Gestão Pública inovadora, eficaz, eficiente e efetiva.



O eixo **Desenvolvimento Social** incorpora áreas ligadas à melhoria da qualidade de vida dos manezinhos, individualmente, e da própria sociedade florianopolitana, em termos coletivos. Assim, compõem essa dimensão as políticas públicas que focam na Saúde, Educação, Assistência Social e Cidadania, Habitação, Esporte e Lazer, Cultura e Bem-estar animal, colaborando com o alcance dos seguintes ODS no território de Florianópolis:



Já no eixo **Desenvolvimento Urbano Sustentável** pretendemos avançar as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento de nosso território, olhando por um lado para uma Florianópolis enquanto metrópole regional - cosmopolita, dinâmica, agregadora e em rápidas transformações - e, por outro lado, uma Florianópolis da biodiversidade, da riqueza de vida marinha única, ou seja, do nosso “pedacinho de terra perdido no mar, de beleza sem par, onde jamais a natureza reuniu tanta beleza”. Assim, queremos promover um desenvolvimento urbano responsável, pensado e alinhado com a realidade ambiental. Neste eixo reunimos as áreas de Saneamento Básico, Planejamento Urbano, Infraestrutura, Mobilidade, Meio Ambiente e Segurança Pública. Assim, colaboramos para o desenvolvimento dos seguintes ODS:



Nosso eixo de **Desenvolvimento Econômico** reconhece a importância da prosperidade e da geração da riqueza para garantia de uma vida onde a pobreza em suas diferentes formas - de oportunidades, financeira, de formação, de meios de vida, de qualidade de vida - não se torne um empecilho para a realização dos

sonhos de vida de cada manezinho. Assim, queremos fortalecer a capacidade empreendedora do florianopolitano, incentivando os negócios locais, o turismo, a inovação tecnológica. Nossa lógica é a atuação de uma Prefeitura que aja como catalisadora da prosperidade econômica em Floripa, através das seguintes áreas: Turismo, Tecnologia e Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico, Pesca e Empreendedorismo, para que possamos alcançar os seguintes ODS:



Por fim, o eixo **Gestão Pública** parte do pressuposto de que a Prefeitura tem um papel central em articular as redes de parceria para a consecução dos objetivos estabelecidos neste plano, baseando-se sempre nos princípios que apresentamos anteriormente. Assim, neste eixo estão colocados aqueles temas relacionados às atividades estratégicas necessárias para a consecução destas propostas. Para tanto, estão colocadas as seguintes áreas: Administração, Participação, Finanças Públicas e Transparência, de modo a também corroborar para a consecução dos seguintes ODS:



Convidamos todos os cidadãos de Florianópolis para conhecer as principais propostas desenvolvidas. Durante a leitura ficará evidente a intersetorialidade e transversalidade das pastas e propostas. O desenvolvimento só será atingido quando os agentes de desenvolvimento da cidade compreendem o poder de conectividade entre todos os setores.

Desenvolvimento Social

A Rede Municipal de Saúde de Florianópolis é composta por 49 Centros de Saúde, 03 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 02 Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPSad), 01 Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescentes (CAPSi) e 04 policlínicas. Esta estrutura está dividida em quatro distritos sanitários com Vigilância Sanitária e Epidemiológica descentralizadas.

Segundo o último levantamento do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) do Ministério da Saúde, Florianópolis é a capital brasileira mais bem avaliada no quesito Atenção à Saúde Primária. Os bons resultados nas avaliações são fruto de anos de dedicação de servidores e gestores que se empenham diariamente na missão de prestar o melhor serviço possível ao cidadão. Esta situação não irá nos manter na zona de conforto, precisamos avançar e vamos além.

É nesse contexto que surge a Saúde 4.0. Esse conceito está diretamente relacionado à transformação digital e já é uma das tendências na área de saúde em todo o mundo com a implementação de estratégias tecnológicas de ponta no sistema de saúde, como o uso de georreferenciamento, aplicativos, telemedicina e inteligência artificial, alinhando inovação e cuidado, duas vocações dos manezinhos. Floripa é plural e também o são os florianopolitanos. Assim, a Saúde 4.0 permitirá um desenho de saúde pública mais personalizado e otimizado às necessidades do cidadão-usuário, além de mais igualitário e eficiente.

Buscamos utilizar os instrumentos e ferramentas desse novo conceito, que deve ser largamente utilizado especialmente no período pós-pandemia, como

propulsores do alcance dos objetivos e metas descritos no Plano Municipal de Saúde elaborado pelo Conselho Municipal de Saúde.

A respeito das consequências da pandemia no sistema de saúde, nossa prioridade será relacionada às ações que abordem a saúde mental de profissionais de saúde e cidadãos-usuários em sofrimento psíquico. Consideramos que é necessário aumentar urgentemente o investimento em serviços desse tipo em diversas frentes de atuação.

- Fomentar e estimular ações locais de promoção da saúde mental dentro das unidades básicas de saúde e policlínicas, reconhecendo a potencialidade dos recursos comunitários e utilização da infraestrutura de lazer existente nos locais;
- Implementar em todas as unidades básicas de saúde o agendamento de consultas via internet e aplicativo;
- Ampliar os serviços do Alô Saúde Floripa com a criação de Programas de Telemedicina por meio de um Consultório Virtual de Saúde da Família, com telemonitoramento, teleorientação e teleinterconsulta;
- Fortalecer políticas de atenção ao idoso para promover orientação e prática de atividades físicas como caminhadas, recuperação de cardíacos, acompanhamento de hipertensos, entre outros;
- Criar campanha de conscientização da população no cumprimento dos horários agendados para consultas e exames;
- Ampliar o Programa de Residência Multiprofissional para alunos dos cursos de Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional

para favorecer a inserção qualificada de profissionais da saúde no SUS e atender áreas prioritárias do município;

- Estruturar um Centro de Acolhimento na estrutura de serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para acolher, avaliar o nível de comprometimento do paciente, realizar intervenção breve e encaminhá-lo para os vários serviços já existentes da Rede, fornecendo suporte e monitoramento do fluxo;
- Ampliar as vagas de Residência Médica em Saúde da Família e Medicina de Emergência para atendimento prioritário nas áreas de vulnerabilidade social;
- Desenvolver ações intersetoriais para fortalecer políticas de vigilância, prevenção de lesões e mortes no trânsito do Programa Vida no Trânsito;
- Implementar junto à Rede de Atenção às Urgências e Emergências – RUE a estrutura para regiões que se encontram desassistidas em serviços de funcionamento 24h, como o Leste da Ilha;
- Unificar o protocolo de triagem da Rede de Atenção às Urgências e Emergências – RUE em todos os centros de saúde;
- Reduzir o tempo de emissão de Alvará Sanitário, Autorização Sanitária, Análise de projeto básico de Arquitetura - PBA, Análise de projeto hidrossanitário, Habite-se Sanitário com a solicitação e retirada online;
- Utilizar tecnologias como o uso de drones para monitorar as atividades de vigilância em saúde, prevenção, controle de zoonoses, fatores de riscos biológicos e controle de vetores;

- Utilizar ferramentas de inteligência artificial para monitorar a vigilância epidemiológica com o uso de georreferenciamento;
- Estruturar o setor de captação de recursos para o sistema municipal de saúde;
- Buscar a integração dos mecanismos de prontuário eletrônico da rede municipal com a região metropolitana da Grande Florianópolis e Governo do Estado, visando a universalização do sistema;
- Aumentar a capacidade instalada de atendimento na temporada de verão, em regime temporário, para assistência à demanda excedente do turismo.

Assistência Social e Cidadania

Sucessivos governos em Florianópolis vêm tentando consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município promovendo serviços de Proteção Básica e Proteção Social Especial aos cidadãos que deles necessitam. Atualmente os serviços estão estruturados de acordo com as novas classificações de programas e serviços da Política Nacional de Assistência Social: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A rede socioassistencial do município que oferta e opera serviços, programas, projetos e benefícios é composta por 10 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 06 Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 02 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 01 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), 01 Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CREMV), 02 Casas de Acolhimento de Crianças e Adolescente, 02 Unidades de Acolhimento Institucional para Homens em Situação de Rua e 01 Casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência.

Até o ano de 2017 o Cadastro Único (CadÚnico) identificou e cadastrou 18.475 famílias de baixa renda em Florianópolis, representando um total de 63.590 pessoas. Complementar a isso, o Programa Bolsa Família tem uma cobertura de aproximadamente 19,61% das famílias cadastradas no CadÚnico, ou seja, 3.622 famílias.

Além dos bolsões de pobreza de fácil identificação na cidade, enfrentamos ainda de forma associada outros problemas na garantia de acesso aos direitos das provisões socioassistenciais e aqui destacamos as pessoas em situação de rua.

Os serviços públicos oferecidos para esta população em Florianópolis possuem limitações nos atendimentos básicos, bem como na sua capacidade numérica de atendimento. Organizações da sociedade civil estimam que hoje Florianópolis possui cerca de 900 a 1.000 pessoas em situação de rua em todo o seu território. Entendemos que é preciso encarar esta problemática com uma

visão sistêmica, atuando com abordagens nas áreas da Assistência Social, Habitação, Saúde e Educação. Vamos trabalhar para fomentar a autonomia dessas pessoas, com condições de vida digna e incluindo-os nas políticas de preparação para o mercado de trabalho.

- Realizar mutirões de CadÚnico visando obter a maior abrangência possível da população em situação de vulnerabilidade;
- Criar o Centro de Referência em Cidadania para LGBTs, Mulheres, Pessoas com Deficiência, vítimas de violência ou em situação de risco, com suporte jurídico, atendimento psicológico e assistencial;
- Criar um restaurante popular, ampliando as ações que envolvem a segurança alimentar e nutricional no município;
- Criar e adotar um novo Protocolo de Abordagem Social Humanizada da População em Situação de Rua criado em conjunto com diversos setores, sociedade civil e representantes da população em situação de rua;
- Criar a Casa da Vida Nova para atendimento básico necessário à população em situação de rua, ofertando serviços de alimentação, lavanderia, banho, sanitários e área para guarda de utensílios e mantimentos;
- Ampliar a oferta de vagas nas Casas de Acolhimento com a construção de mais equipamentos socioassistenciais descentralizados no território da cidade;
- Desenvolver parcerias com o sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SESC e SEBRAE) para o desenvolvimento das ações de geração de renda e oficinas de capacitação a públicos em situação de vulnerabilidade social;

- Ampliar os trabalhos do Consultório de Rua, em parceria com a Secretaria de Saúde, com a aquisição de um ônibus para atendimento médico e odontológico todos os dias para atendimento;
- Garantir a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos do Município e fornecer aulas preparatórias para a inclusão no mercado de trabalho para pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico;
- Criar o Centro Dia do Idoso para o desenvolvimento de atividades intersetoriais utilizando também a estrutura já existente nos bairros, tal como os Conselhos Comunitários;
- Criar o programa de capacitação tecnológica para população idosa com foco no ensino do uso de tecnologias que garantam a sua autonomia e segurança;
- Criar o Programa Mesa Floripa com objetivo de ampliar o desenvolvimento de ações do Banco de Alimentos e das Cozinhas Comunitárias.

Educação

A educação é uma ferramenta essencial na promoção do desenvolvimento do território e seus resultados não devem ser mensurados apenas com índices básicos de atendimento do serviço e qualidade do ensino, mas também pelo poder que ela possui na formação e reprodução dos potenciais de cada cidade.

No ano de 2020, a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis conta com uma estrutura complexa composta de 36 Escolas Básicas Municipais (EBM), 79 Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIM), 24 Unidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), 36 Salas Multimeios e 13 entidades conveniadas. Segundo dados da Secretaria de Estado da Educação (2018), a rede municipal de ensino de Florianópolis atende cerca de 34.336 alunos por intermédio de 3.920 professores e 1.417 auxiliares e assistentes educacionais.

Florianópolis apresenta evoluções significativas nos principais indicadores sobre a qualidade do ensino no Brasil. Especialmente no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), Florianópolis ultrapassou as metas definidas para o município nos anos iniciais e finais.

Não poderíamos deixar de citar aqui um dos recentes marcos que vem contribuindo para a qualificação da educação em Florianópolis. A aprovação do Plano Municipal de Educação no ano de 2016 corresponde a uma nova fase da educação pública da nossa cidade e os compromissos propostos neste Plano de Governo fortalecem o cumprimento dos objetivos, metas e estratégias definidas nele.

Entretanto, há um novo cenário decorrente da pandemia da Covid-19 que preocupa os gestores municipais do Brasil afora e deve ser levado em consideração no planejamento da rede de educação para os próximos anos: a provável migração de crianças matriculadas em escolas particulares para as escolas públicas, especialmente aquelas matriculadas na educação infantil.

Somado a isso, enfrentamos um afastamento em massa de profissionais da educação que pode estar ocorrendo por diversas causas que merecem melhor investigação. Segundo o relatório de gestão de pessoas do mês de setembro de 2020 da Prefeitura, cerca de 15% dos professores e auxiliares do magistério

estão afastados por motivo de tratamento de saúde. Número preocupante para o planejamento das políticas, levando em consideração fatores como motivação e valorização profissional e ainda o suprimento da demanda com a admissão de profissionais em caráter temporário.

- Ampliar o número de vagas para Educação Infantil (creches e pré-escola) por meio de parcerias com organizações da sociedade civil e o sistema de educação privado;
- Implantar salas de recursos multifuncionais com uso de tecnologias de informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem em todas as unidades de ensino;
- Ampliar as atividades de contraturno escolar para os alunos do ensino fundamental nas áreas cultural, artística, esportiva e habilidades sócio emocional por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, garantindo a qualidade e continuidade do serviço prestado;
- Articular a proposta pedagógica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a formação profissional e mercado de trabalho em parceria com o Instituto de Geração de Oportunidade de Florianópolis (IGEOP);
- Criar a Rede de Cuidado ao Profissional da Educação com atendimento universal e contínuo de profissionais como fonoaudiólogos, fisioterapeutas e psicólogos, em parceria com as Universidades e a Secretaria Municipal de Saúde;
- Criar a Sala de Situação em Educação que permita o acompanhamento em tempo real da demanda por vagas na rede, número de profissionais da rede, alunos matriculados, índice de absenteísmo, afastamento e outras informações relevantes para o monitoramento das políticas educacionais;

- Ampliar e fortalecer o Núcleo de Formação Continuada para professores e demais profissionais da educação infantil e fundamental, com ações centralizadas e descentralizadas, utilizando o órgão para ensino do uso dos sistemas utilizados em regime remoto;
- Aperfeiçoar o processo de seleção dos diretores das unidades da rede de ensino com a participação democrática da comunidade escolar sem indicação unilateral;
- Implantar bibliotecas, inclusive digitais, em todas as escolas da rede municipal de ensino com pessoal habilitado e estrutura qualificada para o desenvolvimento de projetos de contadores de histórias;
- Viabilizar parcerias em regime colaborativo com o Governo do Estado para destinação de recursos para Educação via políticas de incentivo à arrecadação do ICMS;
- Definir um padrão mínimo estrutural para cada centro educacional, a partir da avaliação realizada por um grupo de pessoas com representação da comunidade escolar com avaliação periódica da estrutura;

Habitação

O direito à moradia digna foi consagrado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e incluído à categoria de direito social fundamental na nossa Constituição Federal em 2000.

Embora a luta por políticas habitacionais adequadas na nossa cidade seja um movimento antigo, é recente a institucionalização desses programas no âmbito do Executivo Municipal. Há exatos 10 anos, o município de Florianópolis criou o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS). Em seguida, no ano de 2012, foi criado o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS).

Nesse contexto, não podemos ignorar as experiências municipais com políticas de Habitação de Interesse Social tais como o Projeto do PAC Maciço do Morro da Cruz e o Projeto Habitar Brasil BID na Comunidade Chico Mendes, entre outras.

No Diagnóstico Social Participativo da População em Situação de Rua na Grande Florianópolis realizado pelo Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (ICOM) no ano de 2016, 93% dos entrevistados relatou ter interesse, caso fosse oferecido, de participar de algum projeto habitacional ou aluguel social no município.

É notório o protagonismo do Conselho Municipal na condução da avaliação e implementação do Plano, como exemplo a organização da 1ª Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis (I COMHIS Florianópolis) em 2018 e 2019. As propostas elaboradas e aprovadas em Plenária da Conferência foram consideradas como elementos de referência para a elaboração e desenvolvimento deste Plano de Governo.

- Fortalecer as políticas habitacionais de interesse social com pessoal técnico e qualificado;

- Incrementar os recursos destinados à execução das políticas públicas habitacionais, garantindo a continuidade da implementação do Plano Municipal;
- Realizar o levantamento dos imóveis ociosos e subutilizados dos poderes Federal, Estadual e Municipal com o objetivo de firmar parcerias para utilização destes espaços;
- Desenvolver projetos habitacionais sustentáveis que incluam a utilização de materiais alternativos a partir de parcerias com universidades, setor imobiliário e/ou construção civil;
- Criar um programa de residência para alunos das Engenharias e Arquitetura e Urbanismo para atuar com assistência técnica;
- Desenvolver o setor de captação de recursos para Habitação com foco em linhas de financiamento internacional;
- Elaborar o diagnóstico com levantamento físico, topográfico e socioeconômico para realização urgente das políticas de incentivo à regularização fundiária (REURB) em parceria com o IPUF;

Esporte e Lazer

A estrutura do município envolvida na formulação e implementação da política de esporte possui três entidades. São elas: a Fundação Municipal do Esporte (FME), a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude e o Conselho Municipal de Esportes. Apesar de já ter sido criado por lei, o Conselho, importante instrumento de participação da sociedade civil nas políticas públicas, não está funcionando e não há um Plano Municipal do Esporte que possa orientar a ação dentro dessa arena pública.

Apesar da criação do Sistema Desportivo Municipal (SDM) no ano de 2012, as ações municipais voltadas ao esporte estão restritas à FME.

A arena pública do esporte vem resistindo ao sucateamento de suas políticas. Prova disso é a diminuição drástica na dotação orçamentária relacionada ao esporte observada nos últimos anos nas leis orçamentárias anuais propostas pela Prefeitura e aprovadas pela Câmara Municipal. Se em 2016 a previsão orçamentária da LOA destinada à função de governo “Desporto e lazer” foi de 41.337.055,00 reais, observamos a queda drástica nos anos de 2017 para 14.855.359,00 reais, em 2018 para 7.288.977 reais e atingimos os lamentáveis 5.934.400 reais no ano de 2019, o que representa uma redução de aproximadamente 85% de recursos.

Dado este cenário, acreditamos que é preciso fortalecer o papel do Conselho enquanto norteador da política municipal de esporte e consolidar atuação da Fundação com trabalho em rede com demais Secretarias, em especial a de Educação, o Conselho Municipal e Organizações da Sociedade Civil, com as suas ações divididas em três frentes: a realização de eventos, incentivo ao esporte de rendimento e desporto comunitário.

- Ampliar as modalidades nos projetos de iniciativa esportiva;
- Garantir o pagamento integral do bolsa atleta;

- Apoiar a implantação de equipamentos públicos para a prática esportiva e de lazer, atendendo às demandas locais;
- Reestruturar a agenda de esportes do calendário oficial do Município a fim de priorizar uma distribuição mais homogênea dos eventos;
- Instituir a Lei de Incentivo ao Esporte para fomentar o investimento público e privado na área de esportes de alto rendimento;
- Criar o Programa de Acompanhamento Profissional Virtual, em parceria com a Secretaria da Saúde, para acompanhamento de educador físico que oriente a realização de atividades físicas, e cuidados para a realização dessas atividades;

Cultura

Queremos posicionar Florianópolis no cenário nacional e internacional para além das suas belíssimas praias e mostrar para o Brasil afora a sua rica cultura que atravessa séculos e se faz presente ainda hoje na cidade.

Além do papel social de preservar e disseminar nossos valores, a cultura vem assumindo um importante papel como indutora do desenvolvimento na cidade, com sua crescente importância como atividade econômica, gerando empregos e renda para o município.

O atual Plano Municipal de Cultura de Florianópolis observou como principais obstáculos do desenvolvimento da temática na cidade uma série de pontos, dos quais destacamos: limitações orçamentárias, falta de dados sistematizados sobre a cultura na cidade, pouco apoio ao setor artístico local e falta de uma gestão sistemática dos eventos culturais na cidade.

Diante deste diagnóstico conseguimos elaborar propostas e traçar um novo horizonte para a cultura no município de Florianópolis, com estratégias de atuação de forma conjunta com as propostas estabelecidas na área do desenvolvimento econômico, especialmente o Turismo. Nosso maior desafio é pensar a cultura de forma sistêmica na cidade.

- Fortalecer o papel da Fundação Franklin Cascaes (FCC) e Conselho Municipal de Cultura enquanto norteadores da política cultural de Florianópolis;
- Fortalecer e ampliar o papel do Conselho Municipal de Política Cultural enquanto espaço de coprodução da política florianopolitana de cultura;
- Tornar Florianópolis a Capital Nacional da Cultura, incentivando eventos de cunho cultural dos mais diferentes níveis: parada cultural, mostra florianopolitana de cultura, shows e eventos de cunho cultural;

- Propor a revisão e reavaliação das metas do Plano Municipal de Cultura junto ao Conselho Municipal de Política Cultural;
- Incentivar a realização do registo do patrimônio cultural imaterial do município;
- Avaliar e apontar melhorias no sistema de tombamento dos bens culturais materiais de Florianópolis;
- Alinhar o trabalho da Fundação Franklin Cascaes junto aos órgãos estaduais, federais e à UNESCO para o tombamento e registro do patrimônio cultural de Florianópolis nestes diferentes níveis;
- Criar o sistema de Museus de Florianópolis com o apoio das Universidades;
- Criar o *tour* cultural digital de Florianópolis, com apoio das tecnologias de informação, para o acesso via internet;
- Estabelecer uma política pública de aproximação entre turismo e cultura, tendo em vista o fortalecimento do turismo cultural em Florianópolis;
- Ampliar as políticas de incentivo à conservação para os proprietários dos bens tombados;
- Criar políticas junto à área de educação para a manutenção das práticas culturais imateriais junto às escolas do município;
- Incluir critérios de transparência nas avaliações de Editais e Lei de Incentivo à Cultura;

- Alinhar as políticas públicas de cultura e meio ambiente de forma que reflitam a relação entre os bens culturais e o território onde se desenvolvem;
- Criar grupos culturais de bairro, com apoio das associações de moradores, para incentivar a cultural local;
- Incentivar a utilização de áreas públicas municipais para fins audiovisuais com o intuito de fortalecer Florianópolis como cenário de filmes e séries por meio de serviço de *film commission*;
- Incentivar e valorizar a cultura dos migrantes através da criação de espaços de integração.

Bem-estar animal

Florianópolis possui um histórico conturbado na proteção aos direitos dos animais na cidade. Com forte protagonismo, as organizações da sociedade civil e protetores de animais independentes conseguiram inserir na agenda política de sucessivos gestores a prioridade no atendimento dessas demandas.

Durante a análise das políticas públicas de proteção, defesa e saúde dos animais é possível identificar forte interferência político-partidária no *design* e implementação dos programas, sendo este o motivo de maior reclamação daqueles que procuram e/ou utilizam os serviços. São estes resquícios de uma administração pública patrimonialista que vamos combater, com estratégias que visam acabar de uma vez por todas com práticas que não tenham o objetivo de atender ao interesse público.

Além disso, segundo os dados da Diretoria de Bem-estar animal, há uma crescente demanda por serviços de cuidado aos animais junto ao poder público. As denúncias de maus-tratos cresceram de 114 em 2017 para 1.064 em 2019. Além disso, a demanda por castrações e consultas veterinárias manteve-se em uma taxa constante de atendimento na casa de aproximadamente sete mil por ano.

Vamos priorizar ações de castração e vacinação em massa, adotando estas medidas como centrais no desenvolvimento das demais políticas públicas.

- Fortalecer a Diretoria de Bem-estar animal com pessoal técnico e qualificado, estabelecendo critérios transparentes para atendimento;
- Fomentar parcerias com Organizações da Sociedade Civil e protetores independentes para execução das políticas públicas de proteção, defesa e saúde dos animais;
- Estabelecer a castração e vacinação de animais como política prioritária para o controle populacional dos animais domésticos do Município de Florianópolis, com a ampliação da capacidade de oferta destes serviços;

- Fortalecer o papel do Conselho Municipal de Proteção Animal por meio da realização de reuniões periódicas para garantir o cumprimento das suas competências;
- Firmar convênios com clínicas médicas veterinárias para atendimento das demandas excedentes da Diretoria de Bem-estar Animal (DIBEA);
- Realizar feiras de adoção em parceria com Organizações da Sociedade Civil e protetores independentes, garantindo a adoção responsável;
- Ampliar o projeto de visita de voluntários aos animais que aguardam adoção no canil e gatil municipal de Florianópolis, com ampla divulgação dos dias e horários disponíveis;
- Estabelecer um protocolo humanizado para atendimento de casos de resultados positivos em exames de doenças infecciosas transmissíveis, com a obrigatoriedade de contraprova;
- Estimular a adoção empresarial para animais comunitários, com responsabilidade de construção de abrigo e oferta de ração e água;
- Investir em terapias alternativas para o auxílio no tratamento de animais.

Desenvolvimento Urbano Sustentável

Saneamento Básico

O saneamento básico é um conjunto de quatro grandes serviços, sendo eles, a distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos. Investimentos em saneamento estão atrelados não apenas aos ganhos ambientais, mas também aos ganhos em saúde, tendo em vista a tendência de redução nos investimentos na área que consequentemente impactarão em questões de governança e até mesmo econômicas.

O saneamento básico foi identificado como uma deficiência no município de Florianópolis pelo projeto Cidades Emergentes Sustentáveis - ICES, uma parceria entre BID e Governo Federal no ano de 2015, o qual objetivava identificar quais as grandes fragilidades urbanas de Florianópolis para, com base neste diagnóstico, propor um plano de ação a fim de combatê-las.

Um dos mais importantes documentos utilizados no projeto ICES foi o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Florianópolis - PMISB, aprovado pela Lei Municipal 9400/2013. Infelizmente muito pouco se avançou no cumprimento das suas metas, especialmente em razão do município não assumir o seu papel de titular dos serviços e, portanto, responsável pelo planejamento e gestão do saneamento em seu território, denunciando a pouca importância dada a este tema por parte dos sucessivos governos municipais.

Outro ponto importante está relacionado ao novo Marco Legal do Saneamento, objeto da Lei Federal 14.026 de 2020, que cria a obrigatoriedade da realização de licitação para contratação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Consideramos que uma das atividades mais importantes para o próximo mandato é assumir o comando das ações de saneamento, promovendo a articulação entre Prefeitura, Conselho de Saneamento (instrumento de controle social), Agência Reguladora (instrumento de fiscalização) e os operadores dos

serviços, CASAN (água e esgoto), COMCAP (resíduos sólidos) e Secretaria de Infraestrutura (drenagem urbana).

- Promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico por meio do fortalecimento da gestão de pessoas e materiais, de modo a fazer frente aos desafios do setor;
- Ampliar a cobertura dos serviços de Esgotamento Sanitário para o atingimento das metas do plano de saneamento;
- Introduzir as questões referentes ao saneamento básico no contexto do desenvolvimento urbano do município para discussão do Plano Diretor;
- Reavaliar o atual modelo de gestão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto entre CASAN e Prefeitura, sob a luz da Lei Federal 14.026/20, especialmente na identificação de quais metas não foram cumpridas e aplicar os mecanismos jurídicos de proteção dos interesses do município;
- Dar continuidade à Conferência Municipal de Saneamento Básico para revisão das metas do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico;
- Avaliar o contrato de prestação de serviços entre o Município e a Agência Reguladora;
- Prospectar novos mananciais e aumentar as reservas de água bruta, em parceria com municípios vizinhos, na busca de um maior equilíbrio no quesito oferta e demanda de água em situações de estiagem e temporada de verão;
- Garantir a proteção e integridade dos aquíferos de Ingleses e Campeche de forma a não comprometer o balanço hídrico, uma vez que a retirada de

água maior do que a capacidade de recarga pode ocasionar a intrusão de cunha salina;

- Conduzir o processo de discussão da implementação do Emissário Submarino, contando com o braço técnico do operador dos serviços;
- Promover o desenvolvimento institucional do setor operador do sistema de drenagem urbana, com ações planejadas e critérios definidos para o desenvolvimento de projetos de drenagem baseado no contexto da bacia hidrográfica;
- Reformular as políticas de coleta e destinação de resíduos sólidos com foco na utilização do resíduo orgânico para geração de energia e compostagem, com tratamento em escala doméstica, comunitária e institucional, bem como o incentivo à indústria para transformação de resíduos recicláveis em subprodutos (piso, telha, etc);
- Implementar a Captação Água+, plano que visa erradicar o desabastecimento de água em toda a cidade por intermédio de captação individualizada em novas construções, apoio para a implementação de sistemas modernos de captação em residências e empresas.

Planejamento Urbano

O estudo realizado pelo IPUF em parceria com a SMDU no ano de 2016 apontou que cerca de 36% da mancha urbana de Florianópolis era informal, ou seja, foi fruto de parcelamentos clandestinos e irregulares, que ocorreram em desacordo com a legislação e sem destinar áreas públicas ou sistema viário adequado. Em alguns distritos específicos, o percentual foi muito maior, como é o caso de São João do Rio Vermelho, em que 82% da área ocupada é informal, ou Campeche, com 72%, e Ingleses do Rio Vermelho, com 66%.

É interessante observar que a informalidade em Florianópolis não é composta exclusivamente por famílias de baixa renda, que representam apenas 6% dos núcleos urbanos informais. Ou seja, as áreas irregulares são fruto, principalmente, de loteamentos clandestinos e irregulares, em que houve compra e venda de terrenos por classes sociais variadas, com predomínio de famílias com renda média domiciliar de 3 a 8 salários mínimos.

Nossa cidade cresceu de acordo com um modelo de ocupação caracterizado pelo crescimento desmedido, fragmentado e não planejado da mancha urbana. A realidade é que a expansão teve um ritmo muito mais acelerado que os investimentos em infraestrutura.

Estamos ainda longe de lidar adequadamente com estes e outros desafios existentes e emergentes, porém, devemos considerar a capitalização das oportunidades relacionadas à urbanização como um motor para o crescimento econômico contínuo e inclusivo para o desenvolvimento social e cultural. Dessa forma, assumimos os compromissos firmados na Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) para adoção da Nova Agenda Urbana.

- Fortalecer o Sistema Municipal de Gestão da Política Urbana instituído pelo Plano Diretor de Florianópolis (Lei Complementar 482/2014);

- Definir a Regularização Fundiária (REURB) como instrumento prioritário no desenvolvimento e aplicação da política urbana e da gestão territorial no município;
- Aumentar a fiscalização com vistas ao combate às invasões de imóveis e construções irregulares;
- Otimizar a infraestrutura urbana instalada através do uso de parcelamento, edificação e utilização compulsórios em vazios urbanos visando o adensamento e evitando o espraiamento do Perímetro Urbano;
- Incentivar o uso misto (comércio, serviços e habitação) assegurando a moradia próxima ao local de trabalho e serviços diversos, reduzindo percursos, economizando o custo da implementação e manutenção da infraestrutura e tempo de deslocamento;
- Instituir incentivos fiscais, como a política de estímulo à construção de obras específicas em determinadas áreas da cidade;
- Aplicar a metodologia de “Cidade para as Pessoas” para ressignificar os espaços municipais em todo o território;
- Interligar todas as praças do município para que elas tenham atividades constantes e multidisciplinares;
- Investir, por intermédio de parcerias, na preservação dos patrimônios históricos, culturais e arquitetônicos da cidade, utilizando estes espaços para contar a história da cidade;
- Desenvolver eventos e programações culturais que estimulem a circulação de pessoas pela cidade, gerando renda de forma descentralizada.

Infraestrutura

A infraestrutura neste Plano de Governo é analisada sob a perspectiva da realização de obras e manutenção dos espaços públicos. Esta área trata das propostas para garantia de espaços públicos com infraestrutura e equipamentos adequados a cada particularidade, dentro do contexto urbano.

Segundo a Constituição Federal, a pavimentação de qualidade para as vias urbanas, e sua consequente manutenção, bem como a drenagem para a água da chuva, a sinalização das ruas e ainda, a fiscalização das calçadas particulares são investimentos de competência municipal.

Segundo estudo realizado pelo Conselho Nacional de Trânsito em 2019, cerca de 50% das rodovias brasileiras (nos três níveis governamentais) estão em condições cuja classificação varia de regular a péssima.

Além das questões que consideramos básicas relacionadas a manter um alto padrão de qualidade das obras públicas, teremos como meta, assegurar a acessibilidade em espaços e equipamentos públicos de maneira equilibrada e planejada, para as necessidades das comunidades e bairros.

- Adotar a tecnologia BIM (*Building Information Modeling*), através do decreto BIM-BR (10.306/2020), criando digitalmente modelos virtuais precisos de uma construção para gerar informações que vão desde o projeto até a manutenção durante a vida útil da edificação;
- Utilizar preferencialmente projetos pré-modelados, com prioridade para soluções sustentáveis com o objetivo de baratear obras e acelerar processos de execução;
- Adequar nos prédios públicos novos e nos prédios já existentes os recursos de geração de energia sustentável e captação/reutilização de água para gerar economia de longo prazo;

- Promover espaços públicos seguros através de estratégias como a facilitação de acessos, a visibilidade e a iluminação pública, bem como a promoção de atividades atrativas à população local, garantindo o seu uso frequente;
- Estimular a realização de consórcios urbanos intermunicipais para desenvolvimento de políticas de interesse comum em infraestrutura;
- Elaborar um ranking público de pavimentação de ruas, assegurando transparência nos critérios de prioridade para execução da obra;
- Criar o Programa “Síndico da Rua” em parceria com as Associações e Conselhos de bairro, tendo o objetivo de garantir manutenção contínua das vias da cidade;
- Estimular ações de mutirão de calçamento da rua em parceria entre o poder público e comunidades;
- Buscar parcerias com startups e empresas consolidadas que tenham interesse em testar novos modelos de infraestrutura;
- Desenvolver o Plano de Energia 100% limpa para erradicar o risco de apagão em Florianópolis;
- Instalar equipamento denominado "Boca de Lobo Inteligente" nas vias públicas do município;
- Criar Praças Inteligentes em parceria público-privado utilizando-as como ambiente experimental para aplicação de tecnologias inovadoras.

Mobilidade

A integração em um sistema multimodal é considerada o fator primordial para uma cidade sustentável neste Plano. Acreditamos em um novo modelo de mobilidade e, especialmente, em um transporte público com menos poluição, seguro, inclusivo e acessível. O bom funcionamento destes sistemas nos garantirá uma cidade eficiente, com impactos diretos sobre a economia, a saúde e a qualidade de vida das pessoas, incluindo o acesso a diferentes alternativas de emprego e renda.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, Florianópolis possui cerca de 226 mil carros, 48 mil motocicletas e 2 mil ônibus. Enquanto isso, dados da SMDU e Detran do ano de 2019 estimam que diariamente 89 mil veículos transitam nas duas pontes, 55 mil veículos realizam o trajeto do Norte da Ilha para o Centro e cerca de 35 mil veículos deslocam-se na região Sul da cidade. As consequências destes números são conhecidas por todos os Florianopolitanos: o pesado congestionamento que não ocorre apenas na região central da cidade, mas principalmente nela.

É preciso discutir a implementação de modais alternativos em nossa cidade e, para isso, vamos priorizar os estudos de viabilidade e execução do Transporte Marítimo na cidade.

- Implementar o Sistema Integrado de Transporte Metropolitano da Região da Grande Florianópolis;
- Potencializar e priorizar a mobilidade ativa (bicicleta e a pé), construindo mais ciclovias e ciclofaixas, bem como melhorando a qualidade das calçadas de pedestres, considerando as normativas de acessibilidade universal;
- Criar Centros de Apoio aos Ciclistas (sanitários, vestiários, recepção e paraciclos) nos principais pontos de ônibus, escolas, postos de saúde, creches e parques;

- Criar a Rede de Acessibilidade Municipal (trânsito e transporte) formada por transporte coletivo, pedestres, ciclistas, motociclistas, transportadores em geral, veículos particulares e de serviço;
- Implementar mais canaletas/faixas exclusivas para transporte coletivo em locais estratégicos da cidade;
- Permitir o funcionamento de novas empresas de transporte coletivo, bem como novas modalidades de deslocamento;
- Criar zonas de baixo carbono e espaços viários acalmados, incluindo áreas de exclusão de carros e caminhões e de uso exclusivo de pedestres e bicicletas;
- Viabilizar em parceria com a iniciativa privada rotas estratégicas para o transporte marítimo na cidade;

Meio Ambiente

O Meio Ambiente é tratado neste Plano de Governo sob a perspectiva da sustentabilidade, ou seja, ligando-se também às dimensões social e econômica. Nosso projeto é colocar o meio ambiente enquanto fator estratégico para o desenvolvimento de Florianópolis, levando em consideração seu papel nos processos produtivos e em nosso modo de vida.

Cerca de 30% do território do município de Florianópolis é protegido por Unidades de Conservação, espaços especialmente preservados que permitem salvaguardar o equilíbrio entre as paisagens urbanas e as paisagens naturais.

Diversos estudos têm apontado para a importância de relações saudáveis entre desenvolvimento econômico, social e ambiental. Assim, um ambiente sadio permite oportunidades de negócio, emprego e inovação para as sociedades.

Para tanto, buscamos incorporar em nosso plano de governo o conceito Lixo Zero, que proporciona uma revolução ética fundamental na execução da cidade que queremos. A questão do lixo é um problema global, porém, a sua solução começa em uma mudança de consciência individual. Este problema só será resolvido quando envolvermos a sociedade para entender a importância dessa responsabilidade. As políticas ambientais devem seguir um movimento que vem de dentro para fora e não de cima para baixo.

- Elaborar e executar o projeto do Bairro Lixo Zero na cidade;
- Elaborar e executar o projeto da Praia Lixo Zero na cidade;
- Elaborar de forma urgente o Plano de Manejo de todas as Unidades de Conservação municipais, com processo conduzido pela FLORAM de forma participativa;

- Ampliar as ações de conscientização da Campanha #FloripaLivreDePlástico, criada no âmbito da Frente Parlamentar de Combate ao Lixo no Mar;
- Incluir a infraestrutura de Unidades de Conservação municipais no rol de equipamentos públicos passíveis de adoção;
- Ampliar a arborização das ruas da cidade, especialmente nas áreas mais desprovidas, e buscar selos internacionais de sustentabilidade neste quesito;
- Realizar parcerias com instituições empresariais para implantação de programas de gestão ambiental;
- Desenvolver indicadores e metas de redução de emissões de poluição dentro da própria Prefeitura, por meio do estímulo ao uso de tecnologias menos poluidoras;
- Elaborar o Mapa de Risco de acidentes naturais no município e dar ampla divulgação, bem como treinar a população para situações adversas;
- Combater a poluição sonora, em especial por intermédio de campanhas educativas;
- Reduzir a produção e consequente destinação dos resíduos para aterros sanitários, estipulando metas reais de desvio de aterro;
- Estimular hábitos e atitudes para a separação e a destinação adequada para que os materiais recicláveis cheguem com melhor qualidade nas cooperativas.

Segurança Pública

De acordo com a Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado brasileiro e direito de todos. É uma responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal exercida para a proteção das pessoas e do patrimônio, bem como a preservação da ordem pública.

Ao governo municipal cabe desenvolver ações de prevenção à violência. Em Florianópolis, contamos com a importante estrutura da Guarda Municipal para a proteção de bens, serviços e instalações. Porém, além destas funções constitucionais, acreditamos que é preciso estimular e fornecer as condições necessárias para que a Guarda Municipal realize ações de orientação do trânsito, patrulhamento em áreas comerciais e escolares e auxílio nas ações de fiscalização, o que reforça o trabalho da polícia.

- Assumir o protagonismo inovador com relação a responsabilidade na segurança pública, integrando áreas que podem colaborar com o tema, como as secretarias da Assistência Social, Saúde, Educação, Esporte e Cultura;
- Criar o programa de educação viária para crianças da rede de ensino fundamental;
- Desenvolver campanhas de trânsito com ênfase na conscientização dos condutores de veículos sobre o uso racional das vias públicas em favor da vida, respeito à sinalização e às orientações dos agentes públicos;
- Reestruturar e fortalecer a Guarda Municipal visando uma atuação mais efetiva e racional, com ênfase na preservação da vida;
- Criar o Comitê Integrado de Segurança vinculado ao gabinete do prefeito;

- Implementar Núcleos de Proteção ao Cidadão descentralizados, com pelo menos dois guardas municipais em cada bairro, auxiliando e promovendo ações de tranquilidade pública e a paz social;
- Elaborar o Plano Municipal de Segurança Pública que permita desenvolver, junto com a comunidade, planos locais de segurança para todos os bairros;
- Incentivar e apoiar o projeto Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), tendo a inclusão do apoio da Guarda Municipal para prevenção da criminalidade;
- Firmar parcerias com Governo do Estado e Federal para otimizar os recursos humanos e materiais empregados na Segurança Pública Municipal, tais como tecnologias e equipamentos modernos, eficientes e seguros.
- Utilizar sistemas já existentes, públicos e privados, e implementar novos sistemas de videomonitoramento para ampliar a cobertura de acompanhamento das centrais de segurança;
- Criar estratégias de segurança pública voltada aos turistas e áreas de grande concentração desse público.

Desenvolvimento Econômico

Turismo

O turismo é apresentado neste documento também como um instrumento de alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Organização Mundial do Turismo (OMT) traduziu esses objetivos em ações que o setor turístico pode implementar e, dessa forma, adequamos estas sugestões para a realidade do município de Florianópolis com base no diagnóstico realizado.

Para garantir a sustentabilidade das atividades turísticas de Florianópolis é preciso diversificar as formas de turismo da Capital, explorando nosso potencial para que possamos formatar novos produtos turísticos.

Na pesquisa realizada em 2015 pelo SEBRAE e FGV, com apoio do Ministério do Turismo, observou-se que Florianópolis possui um bom índice de competitividade turística quando comparada com outras cidades brasileiras. Contudo, os indicadores que mais influenciaram na queda do índice dentro da análise mais ampla foram aqueles ligados a atuação do Estado: monitoramento do turismo, marketing e promoção de destino e cooperação regional.

Precisamos reconhecer que o município está falhando nas políticas públicas de turismo na cidade e trabalhar em conjunto com todo o *trade* para desfrutarmos da nossa capacidade turística.

- Elaborar o Plano Municipal do Turismo em conjunto com as comunidades, empresas e organizações do trade-turístico com medidas específicas de incentivo ao setor e seus diversos segmentos, tais como alimentação, hospedagem, agências, guias etc.;
- Incentivar o turismo de evento (*Meetings, Incentives, Conferences and Exhibitions - MICE*) por meio de atrativos para a realização de eventos –

Summits de inovação e tecnologia – e estratégias relacionadas aos voos comerciais da América Latina junto ao aeroporto de Florianópolis;

- Utilizar inteligência turística com dados e indicadores que permitam o planejamento e a gestão do turismo para monitoramento de fluxo, mapeamento de perfil e demanda, conhecimento dos segmentos indutores de arrecadação, cálculo de ocupação e ociosidade hoteleira, e planejamento da promoção turística em atividades de lazer e negócios;
- Estimular o investimento na qualificação dos servidores públicos, profissionais e empresários que atuam direta e indiretamente no atendimento a turistas e visitantes;
- Fortalecer o projeto Marca Turística de Florianópolis como marca-território (*Place-Branding*), especialmente através da criação de um plano de comunicação que explore as características culturais e geográficas de Florianópolis;
- Explorar o título de Florianópolis como “Cidade Criativa na área de Gastronomia” da Rede Mundial de Cidades Criativas da UNESCO como indutor e guarda-chuva de áreas ligadas à economia criativa: Arquitetura, Artesanato, Artes cênicas, Artes visuais, Audiovisual, Cultura popular e Design;
- Incentivar o turismo ecológico, rural e de comunidade com base nos empreendimentos familiares, garantindo aos empreendedores possibilidades de renda e consequente manutenção e respeito ao meio ambiente;
- Realizar melhorias na sinalização turística, inclusive digital, em português, inglês e espanhol;

- Realizar o estudo de viabilidade da infraestrutura necessária para a criação de rotas cênicas, com equipamentos de auxílio aos pedestres e ciclistas;
- Estabelecer uma política pública de aproximação entre turismo, cultura e esporte, tendo em vista o fortalecimento do turismo cultural e de lazer em Florianópolis.

Tecnologia e Inovação

Florianópolis tem tudo a ver com tecnologia e inovação. Nossa “Ilha do Silício” pode fazer mais e a tecnologia e a inovação são os meios para expandir o número de empregos e o desenvolvimento econômico sustentável da nossa cidade.

Temos aproximadamente 900 empresas do setor de TI que empregam mais de 17 mil pessoas. Com a união do capital humano e da tecnologia, Florianópolis é um dos principais polos de inovação do Brasil – são quase dez bilhões de reais por ano, de acordo com dados do Acate Tech Report 2020. Em 2015 o setor representava quase 10% do PIB da cidade.

Assim, temos um território fértil para o desenvolvimento de uma cidade que catalisa as inovações: empresas de base tecnológica, universidades com forte pesquisa e proximidade com o mercado e organizações da sociedade civil voltadas para incentivar resultados sustentáveis. Neste processo, cabe ao Estado atuar de fato e de forma efetiva como ativador do ecossistema de tecnologia e inovação, principalmente para abrir Florianópolis para o resto do mundo.

O Relatório “Floripa Smart Floripa 2030: Transformando Florianópolis numa cidade inteligente de inovação” apontou que as principais preocupações quanto ao governo na arena da tecnologia e inovação referem-se a não continuidade das ações e projetos políticos, a ineficácia dos órgãos públicos e a falta de responsabilização e de gerenciamento adequado da inovação. Para resolução destes problemas foram feitas algumas recomendações que se encontram incluídas neste Plano.

- Desenvolver e implementar um plano estratégico de cidade inteligente, voltado a curto prazo (em quatro anos), intermediário (até 2050) e a longo prazo (2100);
- Fortalecer Programas de Incentivo Fiscal à Inovação;

- Fomentar o polo tecnológico de Florianópolis através da criação de pré-incubadoras, incubadoras e aceleradoras;
- Criar um *Regulatory Sandbox* para o desenvolvimento de soluções dos problemas que afetam diretamente a cidade, fornecendo todos os dados para startups interessadas em prototiparem suas ideias;
- Tornar Florianópolis local de referência para realização de eventos e experimentação de inovações inteligentes de impacto à população em diversos setores;
- Tornar Florianópolis a principal referência no Brasil em Cidade Inteligente até 2030 e uma das principais inspirações mundiais;
- Desenvolver estratégias de cidadania digital por meio da implementação de uma infraestrutura de fibra ótica de alta velocidade voltada ao estímulo da educação e pesquisa;
- Executar na integralidade o projeto “Centro Sapiens: economia criativa aplicada no centro histórico leste de Florianópolis”;
- Plano para facilitar a integração de tecnologias e digitalização de Pequenas e Médias Empresas, com uma série de ações educacionais para o novo empreendedor;
- Promover Florianópolis como destino de trabalho para profissionais de TIC;
- Instituir um programa de incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias que visem a melhoria dos serviços públicos;

Pesca, Maricultura e Agricultura

Florianópolis e os municípios da região metropolitana são importantes produtores de moluscos, especialmente ostra e mexilhão. De acordo com a Epagri, Florianópolis produziu em 2016 um total de 1.701 toneladas de ostra, 909 toneladas de mexilhões e 113 toneladas de vieiras.

Essa importante atividade econômica garante a sobrevivência de diversas famílias de pequenos produtores. Nossos produtores estão organizados em 5 associações e 1 cooperativa, totalizando 90 maricultores em atividade na cidade. A localidade do Ribeirão da Ilha é considerada a maior produtora de molusco do estado e do país.

Já a pesca é praticada, na maioria das vezes, por pescadores artesanais que realizam esta atividade de forma autônoma, em regime de economia familiar ou em regime de parceria com outros pescadores, com finalidade comercial.

Outro aspecto a ser levado em consideração no âmbito do desenvolvimento econômico é a Agricultura, que possui o seu marco regulatório no município firmado recentemente pelo Decreto nº 16.408 de 2016. O Programa Municipal de Agricultura Urbana prevê o desenvolvimento de práticas agroecológicas na produção, agroextrativismo, coleta e transformação de produtos voltados ao consumo próprio, troca, doação e comercialização.

- Incentivar um setor da Prefeitura para planejar e implantar estruturas de apoio náutico, zona costeira marítima e terrestre;
- Fortalecer as ações do Arranjo Produtivo Local da Ostra (APL ostras), em articulação com produtores e entidades parceiras;
- Incentivar a regularização dos ranchos de pesca;
- Desburocratizar o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIM-Florianópolis);

- Buscar parcerias para assistência técnica aos produtores;
- Criar Pequenos Mercados Públicos em outras regiões de Florianópolis para exposição da produção local;
- Ampliar o número de hortas comunitárias com suporte técnico agroecológico e multidisciplinar, apoio na mão de obra e fornecimento de insumos e equipamentos;
- Criar o calendário de feiras de produtos orgânicos descentralizadas.

Empreendedorismo

A definição de empreendedorismo está relacionada na capacidade de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo. Pode ser um negócio ou um projeto que gere mudanças reais e impacto no cotidiano das pessoas.

Segundo o SEBRAE, o Brasil apresenta grande potencial para o empreendedorismo. De acordo com a Global Entrepreneurship Monitor (GEM), a Taxa de Empreendedorismo Total no Brasil em 2018 foi de 38%, o que representa 52 milhões de brasileiros se dedicando ao próprio negócio.

Entretanto, os entraves colocados pelo Poder Público neste processo estão sempre presentes no discurso do empreendedor brasileiro. Nesse sentido, o empreendedorismo no âmbito do governo municipal será conduzido de forma a facilitar as relações entre o Poder Público e o empreendedor.

- Fortalecer fundos de investimentos em startups e negócios de impacto social;
- Garantir o estrito cumprimento da Lei da Liberdade Econômica revogando/extinguindo a necessidade de alvarás e licenças para empresas de baixo risco;
- Executar políticas para a promoção da autonomia das mulheres que incluam geração de renda e fomento ao empreendedorismo;
- Incentivar e orientar o uso de linhas de créditos;
- Disseminar oportunidades de parcerias internacionais para as empresas da cidade de Florianópolis;
- Investir em programas comunitários de capacitação para adolescentes em Tecnologias da Informação (TIs);

- Fomentar a implantação de pré-incubadoras para colaborar na criação de novas empresas, gerando mais riquezas locais;
- Incluir atividades voltadas para o empreendedorismo na Rede Municipal de Ensino;

Gestão Pública

Administração

Especialmente neste tópico, trataremos das propostas relacionadas aos processos e procedimentos internos da Prefeitura, bem como da sua estrutura administrativa, que influencia diretamente na qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

O ideal que nos guia nesta área é o de nos tornarmos digitais por padrão, envidando os esforços para transformar todos os processos administrativos digitais no primeiro semestre do nosso mandato. Pesquisas apontam que a cada 1% de investimento em Governo Digital, conseguimos aumentar em 0,13% o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e 0,5% do PIB na cidade. Além é claro, do quesito custo, que com o atendimento online ao cidadão tem uma queda de mais de 90% do valor.

Ainda queremos instituir em nosso relacionamento com o cidadão o princípio do Balcão Único, em que o cidadão utiliza um único canal de comunicação com a Prefeitura para solicitar serviços, participar ativamente das decisões, efetuar reclamações e elogios, entre outros. Acreditamos que não é de responsabilidade do cidadão identificar qual o setor da Prefeitura responsável pela demanda a qual deseja resolver, mas sim, responsabilidade do governo de facilitar os caminhos para que ele consiga exercer sua cidadania de forma plena.

- Revisar a estrutura funcional da Prefeitura e de seus órgãos de modo a adequá-la ao novo modelo de gestão, menor, mais eficiente e descentralizada;
- Institucionalizar o Programa de Incentivo Interno às Boas Práticas de Gestão baseadas em mecanismos de avaliação individual e institucional, visando o uso eficiente e transparente de recursos;

- Realizar levantamento de produtividade dos servidores e setores em teletrabalho com o objetivo de adotar e ampliar este método de trabalho como permanente na administração;
- Ampliar o Portal de Serviços da prefeitura e a pesquisa de satisfação dos usuários, objetivando a melhoria da eficiência dos serviços prestados;
- Implementar processos administrativos integralmente digitais, de forma a permitir a atualização dos dados em tempo real e facilitar as consultas;
- Fortalecer políticas de descentralização administrativa garantindo maior autonomia para as subprefeituras, especialmente no atendimento ao cidadão, de acordo com o Balcão Único;
- Incluir critérios de sustentabilidade nos editais de licitação para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, inclusive para fomentar as atividades de micro e pequenas empresas;
- Planejar políticas de articulação e cooperação intermunicipal com a região metropolitana da Grande Florianópolis;
- Instituir a gestão estratégica de pessoas com foco na gestão por competências;
- Instituir o Programa de Residência em Gestão Pública com alunos de Administração Pública, Administração Empresarial, Contabilidade e Economia;
- Adotar um Plano de Capacitação para o servidor público municipal no atendimento ao cidadão.

Finanças Públicas

Em tempos de pandemia, o contexto de crise econômica é mundial e com Florianópolis não está sendo diferente. As projeções de queda na arrecadação para os próximos anos, acrescentado à dificuldade de contenção das despesas, conforme definiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021, deixa bem claro os desafios que teremos a frente.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as medidas de afastamento social para a contenção da disseminação do vírus no Brasil e no resto do mundo, conjugadas com a forte piora da confiança de consumidores e empresários, devem resultar na maior queda do PIB brasileiro desde o início da série histórica, em 1901.

Assim como nas finanças pessoais ou empresariais, o equilíbrio financeiro em um cenário de déficit só pode ser atingido de duas formas: ou aumentamos a receita ou diminuimos a despesa. Embora a afirmação seja bastante simplória, estamos diante de um problema público complexo e precisaremos nos reinventar. Não há caminho fácil para se atingir esse objetivo e, diante desse quadro, torna-se imprescindível que o governo crie estratégias de melhor alocação dos recursos, tendo em vista a infinidade de demandas a serem atendidas.

Vamos trabalhar para utilizar as finanças públicas enquanto instrumento para reduzir as desigualdades historicamente criadas, com amparo do princípio da capacidade tributária. Como medidas, queremos reverter a lógica tributária presente no Brasil hoje e valorizar os pagadores de impostos regulares, adotando uma política consistente em relação aos devedores.

- Regular a Lei Complementar nº 671 que dispõe sobre campanhas de incentivo e estímulo à emissão de NFPS-e (nota fiscal manezinha);
- Instituir o Orçamento Participativo online no município com o uso de tecnologias da informação;

- Criar o Plano de Combate ao Comércio Ilegal;
- Estimular o cumprimento voluntário das obrigações tributárias por meio de novos canais autônomos facilitadores de recebimentos;
- Combater a impunidade dos crimes tributários;
- Priorizar processos administrativos de novos lançamentos de IPTU, recadastramentos e averbações de imóveis;
- Adotar instrumento para acompanhamento online da execução e cumprimento das metas fiscais e financeiras de todas as unidades orçamentárias;
- Criar o Programa de Regularização do Cadastro Imobiliário com cadastramento realizado a partir de imagens aéreas captadas por drone;
- Criar campanha de incentivo para a quitação de dívidas, com regras para realização de acordos entre o Município e seus devedores;
- Implementar um Núcleo de Pesquisa de Bens na Procuradoria Geral do Município;
- Retomar a proposta de descontos ao pagamento do IPTU parcelado;
- Ampliar as medidas de aplicação do IPTU Verde para fomentar as políticas ambientais;
- Consolidar Florianópolis como a melhor opção para investir por meio da concessão de incentivos fiscais dentro das áreas estratégicas para Floripa, como a tecnologia e turismo;

- Estruturar o setor de captação de recursos descentralizado para financiamentos de projetos públicos para temas específicos;
- Implementar um sistema de controles de custos utilizando especialmente a metodologia de custeio ABC para identificar os principais grupos de despesas;
- Criar o Programa de Desmobilização de Ativos objetivando a avaliação dos bens para eventual destinação à venda, concessão ou permissão.
- Repactuar contratos de financiamentos, especialmente prazos e juros.

Transparência e Participação

Por anos as políticas relacionadas ao tema transparência no município de Florianópolis foram encaradas com repulsa por gestores da cidade. Talvez por este fato, infelizmente agora temos marcado na história da nossa cidade operações policiais de grande repercussão voltadas à investigação de práticas de crimes contra a administração pública envolvendo inclusive agentes públicos. Da mesma forma, os espaços de participação, como os conselhos de políticas públicas, vêm sendo sistematicamente ignorados e desrespeitados.

Nesse contexto, a transparência e a participação social se apresentam para nossa gestão não só como instrumentos de combate à corrupção, mas também como elementos de legitimidade e eficácia das políticas públicas, aumentando a qualidade dos serviços e fortalecendo a democracia. Muito mais do que a execução de propostas pontuais, firmamos aqui um compromisso com a consolidação da transparência, valorização e fortalecimento da gestão democrática das políticas públicas. De um lado, a transparência ativa e acessível será a matéria fundamental para o controle da gestão pública pelos cidadãos. De outro, a valorização dos espaços de debate, como os conselhos de políticas públicas, devolve ao cidadão o poder, tornando a decisão mais eficaz e legítima, construindo e atendendo o interesse público.

Tudo isto, dentro da perspectiva de que o cidadão participa da política não só escolhendo seus representantes e pagando seus impostos, mas também acompanhando de perto, durante todo o mandato, como esse poder delegado e o recurso pago estão sendo utilizados. Da mesma forma, participa partilhando a tomada de decisão com representantes do poder público nos espaços de debate.

Alguns avanços já foram feitos nesse sentido. Citamos aqui a Comissão Parlamentar Especial pela Transparência, instaurada em 2019 na Câmara Municipal de Florianópolis, a qual elaborou a Política Municipal de Transparência em conjunto com o grupo de pesquisa Politeia da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc Esag), a Controladoria Geral da União (CGU), o Ministério Público de Contas (MPC/SC), o grupo de pesquisa Nigep da Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Observatório Social de Florianópolis, o Tribunal de

Contas do Estado (TCE/SC), Instituto Politize! e a Comissão de Moralidade Pública da OAB/SC. Os trabalhos desta Comissão foram utilizados como referência para a criação deste Plano de Governo, onde pudemos aprimorar e inovar dentro dos instrumentos e prazos de implementação propostos.

- Modernizar o Portal de Transparência da Prefeitura de Florianópolis, com layout acessível e intuitivo;
- Regulamentar a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Executivo Municipal, com a definição dos procedimentos, prazos e responsáveis;
- Criar e atualizar constantemente as Cartas de Serviços, listando todos os serviços oferecidos pela Prefeitura, com informações necessárias de critérios para acesso e prioridades, em articulação com o Portal de Serviços;
- Criar um sistema para acompanhamento das filas de espera em serviços municipais, tais como creches, exames e cirurgias, pavimentação de vias e outras obras públicas etc.;
- Promover a transparência integral de todas as fases das contratações públicas divulgando e publicizando, em plataforma de consulta digital disponível para qualquer cidadão, todo o processo administrativo incluindo as fases interna e externa;
- Executar o Plano de Dados Abertos, visando a disponibilização de quaisquer informações em formato aberto para livre utilização pelo município e pela sociedade fomentando a inovação em serviços;
- Disponibilizar via web, por meio de rede social, as transmissões ao vivo das licitações, mantendo o histórico para visualização posterior;

- Divulgar mensalmente a relação de todos os servidores efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários com suas respectivas matrículas, lotação, cargo, função, horário, formação acadêmica, data de ingresso e saída no serviço público, remuneração e vantagens pecuniárias.
- Padronizar as informações de secretários e diretores na homepage da Prefeitura, com contatos, agenda, e-mails, ramais e endereço;
- Permitir o monitoramento da frota de veículos da Prefeitura com acesso em tempo real da localização, gastos com combustível e manutenção;
- Consolidar a Ouvidoria Geral do Município como ferramenta para a resolução das demandas e pedidos de informação geradas pela sociedade;
- Ampliar a transparência do funcionamento dos Conselhos Municipais com a criação de uma página específica para informações referentes a reuniões, atas, membros, estrutura;
- Realizar o diagnóstico da situação dos conselhos e espaços de concertação da cidade em parceria com organizações como o Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis;
- Reativar a Casa dos Conselhos;
- Participação efetiva de representantes do poder público em todas as reuniões de conselhos e outros espaços de concertação.

4. Especial Covid-19

Passados mais de seis meses desde o início da pandemia no Brasil, a Covid-19 ainda representa uma grande preocupação na vida dos cidadãos, tendo em vista as diversas adaptações que foram necessárias realizar em nosso cotidiano. Esta preocupação se expressa em diferentes áreas e por isso resolvemos tratar deste problema específico em um tópico único, que engloba medidas de cunho social, urbano e econômico.

- Monitorar os casos de Covid-19 provenientes de um possível novo surto através de controle sanitários nos pontos de convergência de pessoas, tais como rodoviárias, aeroportos e comércio em geral;
- Garantir testagem em massa com cobertura de 25% da população florianopolitana, considerando sintomáticos e assintomáticos;
- Estabelecer um plano de atendimento especializado, em parceria com o Governo do Estado, para reabilitação cardiopulmonar de pacientes que desenvolveram sequelas da Covid-19;
- Criar o Plano de Retomada das Aulas do Sistema Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria da Saúde, que envolva o teste para todas as crianças matriculadas;
- Criar o Plano de Retomada Econômica com critérios razoáveis e plausíveis de forma a interromper o mínimo possível a cadeia produtiva.